



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ACTA N.º 11 **MANDATO 2009/2013**

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. **DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE**: --

- 1.1. Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais; -----
- 1.2. Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2011; --
- 1.3. Actualização da tabela de taxas e outras receitas municipais; -----
- 1.4. Actualização da tabela de taxas relativas à realização de operações urbanísticas; -----

1.5 Aquisição de serviços de auditoria externa; -----

1.6 Classificação da Serra de Santa Justa e Pias como área de paisagem protegida local; -----

2. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Arnaldo Pinto Soares, José Pedro Paupério Martins Panzina e João Ruas Moreira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, António Jorge Duarte do Aido, António Marques Oliveira e Maria da Conceição Ferreira Silva, tendo sido substituídos, respectivamente, por Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto, Rafael Duarte Ferreira Rafael e Daniel Torres Gonçalves. ---

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra aos Múncipes que pretendessem colocar alguma questão e que se tivessem inscrito -----

O **Múncipe Senhor Celestino Neves** disse que gostaria de saber se havia alguma informação relativamente ao facto de não terem sido presentes à Assembleia Municipal as Opções do Plano e Orçamento da Câmara, que deveriam ser discutidas e votadas no decorrer do ano em curso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O **Município Senhor Marco António** disse existir um folheto onde menciona: *“Este Executivo Camarário tem revelado uma verdadeira revolução em todas as frentes para proporcionar à população do concelho uma qualidade de vida compatível com os tempos modernos”*. -----

Continuou dizendo como é que pode haver qualidade de vida quando se vêem os caixotes do lixo cheios e paragens de autocarros sem abrigos!?. ----

Disse ainda que a Agência Para a Vida Local, que se situa no Fórum de Ermesinde, tem um Clube de Emprego onde não tem um GIP – Gabinete de Inserção Profissional, que muita gente confunde o cidadão sem emprego como pessoa desempregada, considera que a Agência Para a Vida Local não funciona e é preciso estar atento a isso. -----

“O referido panfleto menciona uma sala de espectáculos com 302 lugares, mas para o público reduzem dezenas; uma galeria de Exposições, mas não sabe quem é o artista ou o autor que vai lá; o Fórum Cultural de Ermesinde é dotado de um auditório ao ar livre, ou seja um passadiço em madeira com bancada em betão e posto de turismo”. Disse não saber onde fica o posto de turismo no Fórum Cultural de Ermesinde e onde existe o Balcão de Atendimento. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** fez a leitura de um ofício, enviado pela Câmara Municipal de Valongo, relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara para o ano 2011, que se anexa à presente acta como **Doc.1**. -----

De seguida deu a palavra aos Membros da Assembleia após inscrição -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** fez a leitura de uma **Moção** que se anexa à presente acta como **Doc.2**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PS Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.3**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** começou por dizer que, como é do conhecimento da Assembleia, foi aprovada uma Moção, em 27 de Setembro de 2010, acerca da situação da construção das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar de Alfena. -- Na altura foi deliberado, *“manifestar a preocupação da Assembleia Municipal com o impasse entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Valongo, acerca da construção das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar de Alfena”; “Manifestar a necessidade de se tomarem medidas urgentes, pelas entidades competentes, o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Valongo, para que rapidamente se disponibilize o terreno, e as verbas necessárias, para que avance a construção das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar de Alfena”*. -----

Na sequência dessa Moção, que foi comunicada a várias entidades, nomeadamente ao Ministério da Saúde e à Administração Regional de Saúde do Norte, foi prestada uma informação pela Administração Regional de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Saúde do Norte em que se refere o seguinte: -----
"Em resposta à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, em reunião da Assembleia Municipal de Valongo, apraz-nos informar: -----

1 Ciente da necessidade da construção desta infra-estrutura, inscreveu esta ARSN em PIDDAC verba que garantisse a construção da mesma. -----

2 Foi proposto a esta ARSN pela Câmara Municipal de Valongo, em 2008, terreno com a área aproximada de 3500m² que recebeu parecer positivo, mas que por motivos que nos são alheios não foi possível a cedência por parte dessa Câmara Municipal. -----

3 De momento, está em análise novo terreno proposto pela Câmara Municipal, com a área aproximada de 2500 m² localizado nas proximidades da Junta de Freguesia." -----

Portanto, a Administração Regional de Saúde do Norte diz que existia um terreno que chegou a estar disponibilizado, mas por motivos que lhe são alheios não se conseguiu a cedência. -----

Assim, presume, "por exclusão de partes, que os motivos são alheios Administração Regional de Saúde do Norte, porventura serão da responsabilidade da Câmara que não terá desenvolvido as diligências suficientes para que a situação se resolvesse". -----

De seguida disse, "se há terreno disponível nas proximidades da Junta de Freguesia, gostaria que lhe fosse adiantado algum esclarecimento acerca desse propósito". -----

Afirmou que no passado dia 22 de Dezembro de 2010, ouviu na rádio, que o Presidente da Câmara Municipal da Maia se vai reunir, no início de Janeiro, com o Ministro das Obras Públicas, a propósito da questão dos pórticos. -----

Continuou dizendo que foi aprovada uma Moção, apresentada pela CDU, acerca da questão das SCUT, em que se manifestava a oposição à argumentação de portagens nas SCUT, na área do Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto, por se entender que a medida a ser aplicada lesava gravemente o interesse das populações servidas e o tecido económico da Área Metropolitana e, em particular do concelho de Valongo, pondo em causa a coesão do território nacional. -----

Disse não saber se a Câmara Municipal de Valongo, à semelhança da Câmara Municipal da Maia, diligenciou junto do Ministro da Obras Públicas, no sentido de agendar uma reunião para discutir a questão das SCUT. -----

Segundo percebeu o Presidente da Câmara Municipal da Maia diz que após o balanço que fez da utilização das SCUT, a Maia está a ser muito penalizada, que o trânsito está a atravessar a cidade com todos os custos que isso tem para o tráfego na cidade, o custo económico que isso representa para os cidadãos da Maia estando determinado a reunir-se com o Ministro até para, eventualmente, pôr a hipótese de se retirar alguns dos pórticos que estão nas SCUT, no concelho da Maia. -----

Gostaria de saber se da parte da Câmara Municipal de Valongo está a ser feita alguma diligência nesse sentido afirmando que seria importante, já que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

um concelho vizinho e merece alguma consideração neste aspecto. -----
Concluiu fazendo a leitura de duas **Recomendações** anexas à presente acta, respectivamente, como **Doc.4** e **Doc.5**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** fez a leitura de um **Voto de Congratulação** anexo à presente acta como **Doc.6**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que a Câmara tem estabelecido contratos programa com diversas colectividades desportivas do concelho e perguntou se esses contratos programa estão em dia ou se, em relação aos mesmos se verifica algum atraso e qual. -----

Disse de seguida que em Setembro foi inaugurado o Estádio Municipal de Valongo, mas algumas interrogações se levantam, ex^o.: se o Estádio Municipal será para uso exclusivo da União Desportiva Valonguense, ou também para as restantes associações desportivas concelhias? -----

Afirmou que no início do mandato deixou um apelo à Câmara para que “a *Escola do Outeiro, em Campo, edifício em estado actual de abandono, de entre outras soluções poder ser sede de escola de música da Banda Musical de Campo e que* “gostava de saber se, passado um ano, algo foi avançado nesse, ou noutro sentido”. -----

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** que se anexa à presente acta como **Doc.7**. -----

Disse de seguida que, apesar dos vários alertas do PCP, “a *CP e o Governo decidiram encerrar a Linha de Leixões, em Janeiro, alegando a falta de sustentabilidade financeira da via, e pelo facto da REFER não ter feito estações ou apeadeiros, no Hospital de São João, na Arroteia ou em Pedrouços, paragens que tomariam a linha útil para um conjunto significativamente mais alargado de pessoas*”. -----

Mais de um ano depois de reaberta, o que aconteceu foi que a tão falada Linha de Leixões, nunca chegou realmente a Leixões nem sequer circulou pelas áreas de maior afluência em termos de destino de passageiros. -----

Atento, o PCP alertou na Assembleia de Freguesia de Ermesinde, em Setembro deste ano, para a *necessidade de abertura plena da linha* sem a qual a mesma não poderia ser útil nem rentável. O PCP recomendava que se tomasse posição sobre o assunto, defendendo a conclusão do trajecto ferroviário em toda a sua extensão, não se conhecendo qualquer tomada de posição sobre o assunto, a não ser da Câmara Municipal de Valongo que tomou uma posição no mínimo surpreendente, por intermédio do Vice-Presidente que, em declarações ao Jornal de Notícias simplesmente concordou com o encerramento, contrariando quer os responsáveis das outras Câmaras Municipais, cujos territórios serão afectados pela medida, quer o próprio documento orientador da Revisão do PDM de Valongo, que realça a profunda ligação diária que o Concelho tem com a freguesia de Paranhos e com o concelho de Matosinhos, ligação que a linha de Leixões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ajudaria a melhorar em termos de acessibilidades. -----

O encerramento da linha de Leixões vem juntar-se a outros encerramentos de eixos ferroviários, que o Governo anuncia, a juntar aos mais de 1000 km de linha fechados e abandonados de norte a sul do país. --- -----

Disse ainda que o encerramento da linha de Leixões estará ligado aos planos de privatização das linhas urbanas do Porto, que ocorrem depois do Governo nelas ter investido milhões de euros do dinheiro dos contribuintes, na renovação da via e na aquisição de comboios novos. Se assim for, disse “o povo pagará mais uma vez a factura”. -----

A linha de Leixões é uma alternativa válida para quem se dirige ao Hospital de São João, Matosinhos, Pedrouços, Leça do Balio e a todas as localidades densamente urbanizáveis que atravessa. O seu encerramento é mais uma oportunidade perdida para “melhorar a mobilidade das populações da Área do Grande Porto e também o trânsito nas congestionadas ruas e estradas da região”. *Só a abertura plena dessa via ferroviária poderá garantir a sua rentabilidade.* -----

E concluiu entregando à Mesa uma **Moção** que se anexa à presente acta como **Doc.8.** -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Elsa Maria Torres Carneiro** fez a leitura de um documento anexo à presente acta como **Doc.9.**

De seguida fez a leitura de uma **Moção** anexo à presente acta como **Doc.10.**

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do CDS/PP Alexandre Manuel da Silva Teixeira** fez a leitura de duas **Recomendações** anexas à presente acta, respectivamente, como **Doc.11** e **Doc.12.** -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que relativamente ao fecho da linha de Leixões e independentemente da *breve transcrição descontextualizada que foi colocada na notícia do Jornal de Notícias*, a posição que expressou à jornalista quando lhe colocou a questão é a posição que defendem. O que disse foi que, quando se fez aquele investimento - com certeza não foi feito por um capricho - deve ter existido um estudo de viabilidade, uma vez que estão a falar de um investimento significativo, quer na linha quer em composições. -----

Portanto, quer acreditar que quem usa o dinheiro público acautela a sua utilização; não imagina que tenha sido de outra maneira ou seja, *não existir um estudo de viabilidade!* -----

Quando o projecto avançou, o Ministério nunca pediu a opinião à Câmara nem para avançar, nem para encerrar. -----

Quando a linha apareceu a posição foi de grande expectativa, pela positiva, uma vez que com a concretização, com um apeadeiro ou estação na zona do Hospital de São João permitia resolver problemas de deslocação a Municípes do Concelho de Valongo e não só. A partir daí a estação de Ermesinde podia começar a funcionar como um interface, para as pessoas que vêm do Minho e do Douro para o Hospital de São João. -----

Disse de seguida que o que terá acontecido “foi uma zanga qualquer, ou não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

foram acauteladas em perfeitas condições desde o início a identificação dos pontos de paragem, o que é um problema, pois não se pode começar um investimento tão grande sem acautelar as variáveis que vão conduzir à sua rentabilidade ou então, alguém rompeu com o que estava contratualizado. --- Disse ainda que foi feito um enorme investimento e não faz sentido deitar aquilo pela janela. Seria um erro crasso em termos de investimento. ----- Informou que *não foram ouvidos sobre o assunto, mas no dia útil seguinte ao serem confrontados com a possibilidade de encerramento foi enviado um ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, a pedir uma audiência com carácter de urgência para discutir o assunto, para saber qual é a posição do Governo, e manifestarem pessoalmente a posição* ----- Quanto à questão dos contratos programa estarem em dia, não percebe se a pergunta tem a ver com a liquidação dos montantes, ou se com a criação de dívida, porque são duas coisas diferentes. ----- Neste momento, os contratos programa com as Associações Desportivas, foram feitos até Junho de 2010. ----- Informou de seguida que estão a terminar uma proposta de regulamento, porque não havia um regulamento de atribuição da celebração dos contratos. O critério não estava firmado. Aliás razão pela qual lhes foi constantemente manifestado muito desconforto por parte das associações. ----- Portanto, decidiram propor um regulamento, que está em fase final, que será presente à Câmara Municipal e presente à Assembleia Municipal. ----- Garantida foi a proposta de Orçamento e estão em condições de assegurar a retroactividade até ao início da época 2010/2011. Foi o compromisso que assumiram com as diversas associações, adequar o contrato programa que era de Janeiro a Dezembro, e adequá-lo à época desportiva, para evitar ruptura de tesouraria, ou dificuldade de tesouraria, a meio da época. ----- Quanto à questão do Estádio Municipal informou que não é só o Valonguense que o utiliza. Já foi solicitado e utilizado por mais duas associações, uma de Ermesinde e uma de Sobrado. ----- Informou que o Valonguense utiliza o Estádio mediante uma proposta com uma grelha de utilização, que é validada trimestralmente pela Câmara Municipal. ----- Relativamente à questão das SCUT em que todos foram tomando posições mais ou menos públicas, enviaram um parecer jurídico relativamente a um dos pórticos que está colocado no troço Barreiro/Entrada da A3, com fundamentação jurídica, para Provedoria de Justiça, para o Primeiro-Ministro, e para o Ministro das Obras Públicas e Transportes. ----- As respostas que foram tendo resumem-se: o Primeiro-Ministro comunicou que tomou boa conta e mandou para o Ministro dos Transportes; o Ministro dos Transportes comunicou que tomou boa conta e que mandou para o Secretário de Estado. A última resposta foi há cerca de três semanas. ----- Disse de seguida que teve oportunidade de falar com o Presidente da Câmara Municipal da Maia, que lhe disse que o Ministro veio à Maia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

inaugurar um plataforma logística dos CTT e que lhe solicitou uma entrevista ouvindo do Sr. Ministro *“que iriam falar”*. -----

Quanto à questão dos terrenos para o Centro de Saúde de Alfena a Câmara, em devido tempo, enviou uma proposta com possibilidade de ser avaliada pela ARS sob o ponto de vista técnico. A ARS deu um parecer positivo. Foi entendimento da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal que quanto à questão da localização se poderia encontrar uma solução com uma localização melhor. -----

Estão a falar de um equipamento que tem um tempo de vida de tal ordem que estas questões assumem uma importância extrema. Considerou que existe a possibilidade de ter uma solução de localização muito melhor relativamente à solução anterior. -----

Terminou informando que foi enviada, recentemente, uma segunda proposta, da qual esperam obter resposta positiva por parte da ARS, e que o assunto possa ser resolvido rapidamente. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que relativamente ao desastre ambiental no Rio Ferreira em Agosto, já na altura foi facultada toda a documentação: relatórios e análises existentes, relatórios internos da própria empresa, para além de efectuadas outras análises. -----

Os relatórios foram enviados às entidades que tutelam, CCDR-N e ARH. Estão a aguardar resposta. Logo que a recebam darão a conhecer os resultados do relatório. -----

Quanto à estrada 209 estão completamente de acordo. O Presidente de Junta de Sobrado sabe que o piso era uma preocupação. Mas, mais do que a qualidade do piso era, sobretudo, a segurança dos peões. -----

Por diversas vezes tentaram junto da EP sensibilizá-los. Existe um documento da EP onde há intenção de, ao longo de 2011, construírem um conjunto de passeios, proporcionando mais segurança na estrada 209. -----

A via da Lomba, que existe em projecto, será uma alternativa à estrada 209, que a concretizar-se será uma boa alternativa, com mais segurança, com melhores condições de acessibilidade a Sobrado, a concretização da via da Lomba poderá não ser a breve trecho, por isso têm que unir esforços para que sejam criadas condições de segurança para os peões na estrada 209. ---

Relativamente à mobilidade eléctrica, informou que aderiram por questões de sustentabilidade, económicas e também por questões ambientais. -----

É uma área onde ainda há muito para fazer, mas o que já fizeram é a prova que estão atentos e preocupados com tais assuntos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o ponto 1.1. Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que *“o PS sobre esta matéria extremamente importante, não pode deixar de manifestar a sua perplexidade. Aliás, já o fez na Câmara votando contra o processo. Aqui vai repetir essa votação”*. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que a Câmara Municipal de Valongo revela mais uma vez, preguiça ou seja, traz um regulamento orgânico dos serviços municipais onde basicamente se limitou a transferir uma divisão de juventude e desporto de uma unidade orgânica para outra. -----

Portanto, num ano em que são confrontados, pelo Presidente da Câmara com uma mensagem preocupante sobre a situação financeira do Município, estavam à espera que a Câmara se voltasse para dentro e, nesse sentido, estivessem a discutir um documento que traduzisse a preocupação de ganhar mais eficiência e eficácia, dentro da própria Câmara. -----

E continuou: estamos a falar de uma Câmara que tem cerca de 900 funcionários do quadro e que somando os funcionários que dão aulas e afectos às AEC ultrapassa o milhar. -----

No dia 24 de Março 2010, quando viabilizaram o Orçamento - que está em execução - sugeriram que a Câmara fizesse a revisão da macro estrutura do Município, porque todos os indicadores do que são as contas do Município diziam que há um peso excessivo, do ponto de vista das despesas correntes que se prendem com a estrutura orgânica do Município. -----

Disse depois, que a Câmara apresenta um exercício preguiçoso, pois é exactamente igual - com a pequena mexida numa divisão - ao que levou à Assembleia no dia 15 de Dezembro de 2006 em que o PS votou contra. O organograma aprovado na Câmara no dia 7 de Dezembro de 2006, resultava de um estudo elaborado e pago a uma empresa privada. -----

A Câmara Municipal de Valongo, apesar de ter vendido parte das acções que tinha na empresa PRIMUS, em 2008 participou num estudo sobre a redução de custos de contexto do serviço público na Área Metropolitana do Porto, como factor de competitividade, em parte custeado pela Câmara de Valongo. Nesse estudo, de Junho de 2008, diz-se, nas páginas 53, 54 e 55, que a Câmara de Valongo não fazia a análise das funções - que é uma análise fundamental. Em seu entender, "*não se mexe numa estrutura sem se avaliar as funções, quer dos funcionários quer das próprias unidades.*" -----

Disse ainda que houve um seminário promovido pelo CEFA, sobre o novo regime jurídico da organização dos serviços, que decorreu em 25 de Fevereiro de 2010. Não sabem se a Câmara teve lá alguém presente ou não, o que é certo é que a Câmara Municipal traz um exercício que se limita a manter um conjunto de estruturas, que não sabem efectivamente quanto custam ou seja, não conseguem avaliar a sua eficácia. -----

Esclareceu que, não se trata de reduzir o número de funcionários, mas de saber qual é a eficiência desse exercício sob o ponto de vista interno. A Câmara Municipal não o faz e ao recusar-se a fazê-lo, revela alguma incompetência pois a Câmara actual nunca teve, no último ano e dois meses, falta de condições para aprovar os documentos que necessitava para a sua governação. -----

O decreto-lei 305/2009, que regula a matéria, define que o prazo para alterar termina no final do presente ano e é muito claro. Portanto, não compreendem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

o porquê da opção tomada sobretudo, quando é dito num documento sobre o estudo do saneamento financeiro que a área dos recursos humanos é uma área capital. -----

Disse que, a Câmara ou não é capaz ou não tem coragem de encarar o problema, ou está a fazer uma opção muito perigosa, porque quando não se mexe numa estrutura está-se a ser muito injusto para aquelas unidades, e para aqueles funcionários que são excelentes e que no dia-a-dia desempenham da melhor forma possível as suas funções. -----

Portanto, *“o PS entende que esta é uma matéria da governação e que compete a quem governa definir como quer gerir e alocar os recursos. No quadro actual, a Câmara não tem recursos financeiros donde, a liberdade de quem gere está limitada”*. -----

Em seu entender: na última Conferência de Representantes, o Vereador presente, em nome da Câmara, não conseguiu dar uma data para conclusão do processo durante o ano 2011. -----

Terminou dizendo: *“se existe urgência em resolver um problema financeiro e se dentro desse problema financeiro a questão dos recursos humanos é fundamental então, tem que estar calendarizado”*. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** começou por dizer que sobre o assunto, gostaria de tecer algumas considerações. Com carácter excepcional concorda com tudo o que o Deputado José Manuel Ribeiro disse. As críticas poderiam ter sido feitas por si, se tivesse falado em primeiro lugar. -----

Acha que não é admissível que sendo o decreto da reorganização, de Outubro de 2009, cheguem ao fim de 2010 e a Câmara repita o que existia, pelas razões que foram ditas. É uma oportunidade perdida de reduzir custos, de reduzir pessoal na medida do possível. -----

Não lhe parece aceitável que o faça desta maneira, ainda por cima apresentar um documento que está cheio de gralhas, de erros, de coisas desconformes. Porém, há uma série de elementos que podem ser aproveitados para uma revisão futura. -----

A análise que faz é muito no sentido de um regulamento falhado, um regulamento que tem sobretudo uma brecha fundamental *não justificando uma única das opções*; apesar de ser repetição podiam-se ter preocupado em fundamentar porque é que são 7 departamentos e 21 divisões. Nada disso é justificado; portanto em termos de acto administrativo é um acto não fundamentado, é um acto inválido. -----

Tudo apontaria para que votassem contra. Mas não vão fazê-lo e a razão é que, o Decreto 305/2009 definia um prazo para a realização da reorganização até 31 de Dezembro de 2010 e, em Novembro foi enviado à Câmara, um ofício da DGAL alertando para o facto que *o não cumprimento da reorganização tornaria inválido todos os actos da Câmara, pondo em causa as chefias*. -----

Lembrou que, em Dezembro foi aprovado o Orçamento de Estado que no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

artigo 8º e na sua opinião estende o prazo até 31 de Dezembro de 2011. -----
Por um lado o ofício da DGAL e por outro, dúvidas surgidas, levaram a criar uma expectativa que era o prazo seria até 2010 ou até 2011? -----

Na sua opinião, não há dúvida; o Orçamento de Estado é uma lei de valor reforçado e as leis de valor reforçado sobrepõem-se a todas as outras leis. Para eles, CM, o prazo foi estendido. -----

Na dúvida, *percebe que a não aprovação do regulamento criaria grandes perplexidades sobretudo grandes pressões psicológicas e outras, no funcionamento da Câmara.* -----

Por outro lado, *acham que não é razoável votar contra um regulamento, que na perspectiva e na interpretação deles (CM) pode ser refeito e alterado até ao fim do próximo ano.* -----

Disse de seguida que da discussão na Câmara, *os Membros do Executivo comprometeram-se a fazer a revisão do regulamento até Março, é um compromisso que não está escrito, mas está em acta.* -----

Portanto, pelos motivos apresentados vão abster-se viabilizando o regulamento; mas é um caso sem exemplo ou seja, o próximo regulamento se for feito com a mesma configuração, sem fundamentação, sem explicar as opções feitas, terão de contar com o voto contra. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal de BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** começou por dizer que acolhe o conteúdo da intervenção feita pelo Deputado José Manuel Ribeiro, excepto pelo facto *se é falta de coragem da câmara, ou se é medo de enfrentar a situação.* Não sabe se é ou não mas não acolhe essa parte. No restante acha que as críticas são certas. -----

O decreto-lei que obrigava ao regulamento dos serviços municipais, decreto-lei 305/2009, de 23 de Outubro, não se compreende como é que passado este tempo todo aparece uma proposta de regulamento orgânico dos serviços municipais sem uma fundamentação que possa suportar as opções que foram seguidas. A Câmara limitou-se a vazar a orgânica dos serviços tal como existe, com uma nuance ou outra. Portanto não pode votar favoravelmente a proposta de regulamento. -----

Não pode acolher a argumentação: *há um prazo, que é de 31 de Dezembro de 2010 para se aprovar, sob pena das consequências legais que possam advir se o mesmo não for aprovado.* -----

Disse de seguida que na Assembleia Municipal estão a ficar cansados das coisas aparecerem à última da hora e depois, como uma espécie de coação terem que aprovar o que a Câmara decide propor. A Câmara começa a ser useira e vezeira nas propostas de última hora. Têm que começar a ter mais rigor. -----

As propostas da Câmara têm que ser fundamentadas. Tiveram um ano para o fazer. Quando as coisas aparecem em cima da hora não podem, sucessivamente, deixar passar sob pena de estarem constantemente a beneficiar o infractor. *Pode chegar o tempo em que não aceitam uma metodologia de trabalho de apresentar tudo em cima da hora e de ter que ser*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

aprovado sob pena de existirem consequências legais mas também sob pena de esvaziar completamente a apreciação crítica da Assembleia Municipal. ----

O artigo 3º do decreto-lei 305/2009, impõe a organização e adianta princípios que as câmaras, na feitura do regulamento, devem ter em conta. -----

Princípios gerais, que se prendem com a unidade e eficácia da acção de aproximação aos cidadãos, de desburocratização, de racionalização qualitativa e quantitativa do serviço prestado, e garantia de efectiva participação dos cidadãos e demais princípios constitucionais aplicados. -----

Portanto, existem princípios bem delimitados no decreto-lei que devem ser observados na organização dos serviços municipais, e não estão em condições de votar a proposta de regulamento tal como ela está, não estão em condições de saber se esses princípios foram observados ou não, não sabe se há desburocratização, se há racionalização qualitativa e quantitativa do serviço prestado, não existe qualquer fundamentação que possa levar a votar em consciência, favoravelmente, a proposta de regulamento. -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc. 13.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que ouviu com muita atenção as intervenções dos Deputados que o antecederam, particularmente a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, e gostou dela. -----

Gostou dela porque abriu-lhe uma porta com uma certa esperança, esperança de que numa futura remodelação ministerial, que espera que seja breve, proposta ou executada pelo Eng.º Sócrates ele se saiba rodear de mentes iluminadas como a do Deputado José Manuel Ribeiro, que tem soluções para os problemas mais graves, escusam de andar a navegar em águas turvas, e de facto ele demonstra ter coragem para ser feito aquilo que o Governo do PS até ao momento ainda não demonstrou ter. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do CDS/PP Alexandre Manuel da Silva Teixeira** começou por dizer que no que diz respeito ao regulamento orgânico dos serviços municipais, lembra-se de ter discutido o anterior, e na altura tinha sérias dúvidas sobre a pesada estrutura que a autarquia tinha. ---- Crê que vai ser apresentado em reunião de Executivo a abertura de novos procedimentos concursais; leu o relatório de saneamento financeiro da autarquia e é claro que uma das preocupações que os relatores vertem é a pesada estrutura de recursos humanos que a autarquia tem. -----

Disse de seguida que o CDS/PP não vai votar contra a proposta de regulamento, mas tem as preocupações que já teve em 2006 e mais ainda, depois de ter lido o relatório de saneamento financeiro. -----

Sabe que existe o compromisso de haver uma revisão que deve ser séria e detalhada e adaptar a estrutura de recursos da Câmara às efectivas necessidades. Nessa altura estará atento e pronunciar-se-á nos termos que entender. Entretanto, vão aprovar o documento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que à Câmara Municipal cabe gerir dentro de um espectro legal. -----
Pela leitura da lei seriam obrigados a rever o organigrama até 31 de Dezembro, mas que não tem qualquer sanção prevista na lei sobre isso. -----
Disse de seguida que estão a fazer uma reestruturação ao nível dos recursos humanos, ao pessoal que está afecto a cada função que a Câmara Municipal tem, em cada serviço que tem que prestar. Estão a rever e a trabalhar nesse sentido com os actuais quadros de dirigentes, e seria um erro crasso estar a mexer nos dois lados da equação ao mesmo tempo, sob pena de se poderem colocar numa situação de ingovernabilidade. -----
Podem entender que deveriam ter começado ao contrário, mas acham que essa era a prioridade, foram percebendo como está a funcionar o município, percebendo no dia-a-dia quais são as tarefas que desempenham cada um. Vão ter necessidade de dar formação a determinados funcionários que vão ter que mudar e estar disponíveis para serem móveis sob o ponto de vista das funções. -----
Afirmou que a estratégia do Executivo e logo que essa questão esteja ultrapassada é passar à fase de revisão do organigrama. -----
Disse de seguida que no dia 22 de Novembro último receberam um parecer da DGAL. Tem dúvidas se tem poderes para deliberar já que advoga um poder novo de deliberação ao dizer que *afinal há uma sanção que pode provocar um problema administrativo grave no funcionamento da Câmara Municipal.* -----
Porem e mediante isso entenderam que deviam salvaguardar a questão. Podem ser acusados de muita coisa mas não de não tomar decisões. -----
Portanto, adaptaram à nova regulamentação jurídica porque sempre tiveram uma estrutura hierárquica. Agora a lei permite que haja uma estrutura hierárquica ou matricial. Irão discutir esse assunto mais tarde. -----
O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que como o assunto encaixa no plano de saneamento financeiro, e o futuro do município será orientado pelo aproveitamento dos recursos de que dispõe, sendo os "recursos humanos" o maior capital de qualquer instituição e por isso há que proceder com muito cuidado. -----
Estão a falar de 7 unidades na estrutura nuclear e 21 na flexível; 28 lugares, e muitos deles preenchidos com pessoas que têm anos de trabalho. Serem dirigentes, ou não, em termos de vencimento é diminuto em muitos deles. ----
O número de trabalhadores da Câmara é superior a 800 não contando com aqueles que estão nas AEC; portanto é na racionalização desses 825 que podemos ter uma mais-valia em termos de saneamento financeiro, em termos de racionalização de recursos. -----
Toda a estrutura é importante, mas havia que começar por algum lado, e começamos por aquela área que maior impacto tem no funcionamento do dia-a-dia da instituição. -----
Disse de seguida que os tempos que vivem, vão continuar a viver, não só no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

município de Valongo mas em todos os municípios e no país. Aquilo que aí vem é de extrema dificuldade e a racionalização vai ter que ser feita quer queiram quer não. -----

Reafirmou que houve um compromisso onde, de uma forma clara e ao longo do próximo ano, todos em conjunto, devemos reflectir com mais calma sobre o assunto. E, porque se está a falar de pessoas o que deve ser feito impõe-nos muito cuidado e muita racionalidade. -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que não está em causa a opção de quem governa. Agora essa opção, em Valongo, está limitada; não se pode usar os interesses supremos dos trabalhadores do município para os condicionar. Existe uma legitimidade democrática directa no exercício daquilo que são as funções de representação da população que votou. -----

Como já foi referido, desde o entregar com tão pouco tempo os documentos, que o Senhor Vereador concordará que se podia fazer um bocadinho mais; podiam mostrar o que era e o que passa a ser - nem que se percebesse à primeira que passa a ser tudo igual. É isso que está em causa. -----

Disse de seguida que são questões sérias, e confrontados com mensagens preocupantes do Presidente da Câmara quando diz que, a Câmara está à beira da falência; que a Câmara tem um problema sério de recursos financeiros; que a Câmara precisa de mexer nas despesas com o seu funcionamento e depois, após um ano na prática, não vêem nada. -----

É a posição do PS, que aliás não mudou, pois em 2006, pela voz dos seus Vereadores, na reunião de 8 de Dezembro de 2006, disseram que: *foi mais uma oportunidade perdida de se fazer com que funcionários pudessem ser melhor aproveitados*. E votou contra. Portanto o PS nesta matéria é coerente. Continuou dizendo que o decreto-lei 305/2009 não obriga, mas que existe outra legislação que até se sobrepõe que garante aos sindicatos - estruturas importantíssimas que representam os trabalhadores - a possibilidade de participarem em alguns processos. -----

Pelas intervenções do Vice-Presidente da Câmara e do Vereador Arnaldo Soares, que disseram estar preocupados com os trabalhadores, seria uma boa prática pedir aos sindicatos uma opinião sobre a matéria, perguntando porque é que não o fizeram, porque não o pediram ao SINTAP e ao STAL, sindicatos que representam quer a UGT quer a CGTP. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse terem sido confrontados e alertados várias vezes relativamente a esta questão, mas afirma que não é com pressão que se pode resolver essas questões. -----

Disse de seguida que se alguém colocou pressão no processo foi a dupla Governo/DGAL, porque quem fez a lei não pôs sanção e a um mês do fim do prazo alguém se lembrou de fazer um parecer onde diz que se não tiverem isso pronto, a partir daí, a Câmara não funciona. -----

No documento não consta a opinião dos sindicatos porque não é um documento onde esteja vertida qualquer alteração ou seja, o que foi feito foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

um ajuste à lei. -----
Portanto, é uma questão de coerência, pois não fazia sentido ir perguntar a opinião ao sindicato sobre o plasmar da mesma situação. Só adaptando a um novo enquadramento legal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Ponto 1.1. Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais**, sendo **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 13 votos sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 11 votos sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

Abstenções: 8 votos, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa. -----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o **Ponto 1.2. Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2011**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 15 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 17 abstenções, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS e 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----

Seguidamente colocou à discussão o **Ponto 1.3 Actualização da tabela de taxas e outras receitas municipais;** -----

Neste ponto foi discutido em conjunto o ponto **1.4 Actualização da tabela de taxas relativas à realização de operações urbanísticas;** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que sobre a questão da tabela de taxas e outras receitas municipais, bem como da tabela de taxas urbanísticas, vão votar contra, seguindo a mesma orientação de voto da vereação, na mesma ordem de ideias que utilizaram no início do ano quando votaram contra as tabelas que estão em vigor, e pelas mesmas razões, fazendo a seguinte intervenção:

“A nova lei das taxas municipais conjugada com a lei das finanças locais criou um quadro mais exigente para as autarquias locais, em todas as matérias respeitantes à cobrança de taxas e tarifas municipais, que até há bem pouco tempo devidamente regulamentadas e enquadradas na lei geral regiam-se pelo mesmo princípio que sustenta a generalidade dos impostos e taxas praticadas pelos demais serviços públicos, ou seja o princípio da responsabilidade política. -----

Na prática cabia aos decisores políticos locais estabelecer os valores das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

taxas municipais, e aos cidadãos e demais entidades taxadas pagar, e avaliar nas urnas, ou não, da correcta gestão e aplicação dessas receitas municipais. -----

Ora, com o novo regime geral das taxas das autarquias locais passa a ser uma exigência para os decisores políticos locais a fundamentação económico-financeira dos valores das taxas, designadamente custos directos e indirectos. -----

Isto é, as autarquias são obrigadas a conhecer com exactidão todos os factores financeiros que estão na base de aplicação das diferentes taxas, tarefa quase impossível de concretizar atendendo à inexistência de contabilidade analítica na maioria das Câmaras Municipais, e Valongo não é excepção à regra. -----

Sabendo que estamos a falar da actualização destas tabelas eu vou aqui ler um ponto que referi sobre a inexistência da contabilidade analítica; diz este autor que: -----

«As exigências colocadas às autarquias são cada vez maiores, e isto associado a uma importante racionalização de custos leva a que cada vez mais seja necessária uma contabilidade de custos analítica, ou de gestão, não só para justificar taxas e preços, mas também para uma boa gestão dos recursos públicos, pois têm finalidades muito mais alargadas. -----

Há então necessidade de um novo tipo de contabilidade virada não para o exterior das organizações mas para o seu interior.» -----

Portanto, este autor continua e refere que há um conjunto de objectivos que se conseguem alcançar com a contabilidade analítica e, passo a lê-los: -----

«Apurar os custos dos bens produzidos e serviços prestados pelas autarquias; fundamentar a valorização dos bens produzidos pelas autarquias, quer respeitem a immobilizações, quer respeitem a existências; acompanhar e controlar os custos de obras ou projectos autárquicos; elaborar estudos, análise ou informações de carácter económico-financeiro; fornecer informação aos órgãos e responsáveis autárquicos para a fundamentação das decisões; fornecimento de informações a entidades financiadoras; estabelecer quadros de controlo com indicadores de rácio que possibilitem acompanhar e controlar os custos dos projectos e actividades autárquicas; fornecer informação para a elaboração do relatório gestão, e outros documentos de prestação de contas; analisar desvios entre custos reais e custos previsionais; comparar custos de bens e serviços similares entre diferentes autarquias, entre diferentes exercícios económicos; e em ultima análise entre a execução por administração directa e execução por empreitadas, e constituir as bases para a implementação de um sistema de controlo de gestão.» -----

Nada disto existe na Câmara de Valongo. Não tenho a menor dúvida que mais ano menos ano esta Câmara será obrigada a entrar neste registo. -----

Portanto esta questão da contabilidade analítica é tanto mais importante quanto na fixação do valor das taxas municipais deve ser respeitado o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

princípio da proporcionalidade, não devendo este valor ultrapassar o custo da actividade pública local ou seja, o custo da contra-partida com o benefício auferido pelo particular. -----

Em Valongo tendo bem presente o facto de não existir contabilidade analítica das contas municipais, todo o exercício efectuado não dá nenhuma garantia aos cidadãos sobre a justeza dos valores a aplicar, o que obriga no mínimo a um princípio de cautela do tratamento desta matéria, no sentido de evitar penalizar os contribuintes de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo. No entanto, este novo regime não implica exclusivamente na fundamentação as componentes técnicas de caracterização da matriz dos custos, factores produtivos e de estimativa do custo da actividade pública, prevê muito bem uma componente política. -----

De facto esta componente política, que envolve juízos de natureza eminentemente política, que se prendem com a análise da razoabilidade dos desvios existentes, o que admite que as taxas podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações, desde que respeitada a necessária proporcionalidade, ou que as autarquias podem assumir parte do custo social de certas taxas, como forma de incentivo à prática de certos actos, ou ao desenvolvimento de determinadas actividades. Desde que sejam tomados em consideração os objectivos do município em matéria económica, social e ambiental, o que não é conhecido até à data. --- Somos levados a pensar que estamos confrontados com um exercício que leva em consideração uma única preocupação; aumentar as receitas do município à custa dos contribuintes, tanto mais que as actuais tabelas foram aprovadas no dia 19 de Abril do corrente ano. -----

Portanto, não aceitamos esta postura como bem referimos aquando da discussão do plano e orçamento da Câmara Municipal de Valongo para o corrente ano de 2010. Perante a importância do desiderato e porque a responsabilidade do descontrole financeiro desta Câmara não é da nossa responsabilidade, manifestamos desde já a nossa total indisponibilidade para viabilizar quaisquer aumentos de taxas e tarifas municipais, exigindo à actual gestão municipal coragem para recorrer a soluções que não penalizem a carteira dos contribuintes. -----

E concluiu dizendo: "desta forma iremos votar contra as duas propostas." ----

O Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.14**. –

O Senhor Vereador Arnaldo Pinto Soares disse que ouviu intervenções - por parte do PS – em que se disse, e bem, que é preciso uma maior intervenção por parte da Câmara Municipal na acção social, no apoio às famílias mais desfavorecidas, às pessoas mais carenciadas, e que a Câmara Municipal não tem que gerir por princípios empresariais. Mas será que alguém pode dar aquilo que não tem? -----

Disse de seguida que tem que haver princípios de racionalidade porque as receitas têm que ser aplicadas de uma forma extremamente criteriosa. Se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

não houver sustentabilidade na gestão, não se pode prestar nenhum serviço, seja de índole cultural, recreativa, desportiva, social. -----

O Deputado José Manuel Ribeiro disse que é necessário e indispensável, a contabilidade analítica. Todos concordamos com isso, mas não é por não haver contabilidade analítica que não sabemos o que custam as coisas que se gastam e o que temos que despende para prestar um serviço à população. -----

A contabilidade analítica é muito importante, mas também foi importante a lei que disse que tinha que haver uma fundamentação económica para a fixação das taxas; depois há os incentivos e desincentivos e, todos se lembram de ter lido, *que a maioria das taxas estarão a 50% daquilo que a fundamentação económica indicava como custo.* -----

Disse de seguida que a lei das finanças locais veio dotar a autarquias de um conjunto de ferramentas de forma a criar sustentabilidade económica e financeira. E se a autarquia não puder utilizar esses instrumentos como é que vão actuar? -----

Relativamente ao IVA, disse que é um imposto cego porque vai atingir toda a população, como também vai atingir a Câmara nos custos que vai ter. -----

Informou que das receitas em 2009 e das receitas em 2010 em termos de taxas houve uma quebra de cerca de 650 mil euros. -----

E concluiu: a situação financeira do município não é fácil. Como é que se cria sustentabilidade em termos futuros se, nesta fase, não pudermos utilizar os instrumentos de que dispomos? -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campo Cunha** colocou à votação o **Ponto 1.3 Actualização da tabela de taxas e outras receitas municipais**, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: --

Votos a favor: 19 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos, do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 12 votos sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

Abstenções: 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa. -----

De seguida colocou à votação o **Ponto 1.4 Actualização da tabela de taxas relativas à realização de operações urbanísticas**, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 19 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 12 votos sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS e 1 voto contra do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstenções: 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o **Ponto 1.5 Aquisição de serviços de auditoria externa**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 15 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 17 votos, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS e 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----

De seguida colocou à discussão o **Ponto 1.6 Classificação da Serra de Santa Justa e Pias como área de paisagem protegida local**; -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.15**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que o PS vai viabilizar a classificação das serras de Santa Justa e Pias como área de paisagem protegida local. -----

Disse de seguida que o processo foi à Assembleia Municipal no dia 28 de Setembro de 2009 e, na altura foram alertados os responsáveis camarários e o Presidente da Câmara em particular, para a pressa com que estava a ser tratado o assunto, designadamente o facto de não ter sido feito uma consulta pública, sendo certo que a Câmara entendeu avançar depois com o processo da consulta pública. -----

Pela leitura do documento percebe-se agora que valeu a pena fazer a consulta pública, pois um dos argumentos que alertaram em Setembro de 2009 - *a possibilidade de haver particulares que pedissem a alteração da delimitação territorial dessa área porque poderia haver algum acordo prévio entre o particular e a Câmara, ou outra questão* - veio a verificar-se. -----

E acrescentou: uma das dez pessoas que se pronunciou foi um particular que tinha um acordo com a Câmara - que se confirmou existir de facto - dando origem a uma alteração na área de paisagem protegida. -----

Para si, "o relatório não é claro, porque participou na discussão pública e para além das considerações relacionadas com a forma de tratar a questão e com o prazo dado aos cidadãos, ele mesmo, colocou questões pontuais que não foram traduzidas no relatório. -----

A primeira questão tem a ver com a Câmara não ter conseguido transformar o processo numa conquista metropolitana. -----

Reconhece que a Câmara tem feito trabalho. Tem conhecimento que existem pelo menos, três projectos de lei para protecção dessa área, numa modalidade mais ampla, um deles do PCP e dois do PS, já antigos. -----

Não podem ignorar que durante anos a Câmara Municipal - pela voz do Presidente da Câmara - dizia que tinham ali uma preciosidade, que era o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

pulmão da Área Metropolitana do Porto mas, no entanto, a Câmara Municipal não foi capaz de convencer outros municípios e a própria Área Metropolitana. Disse de seguida que Vila do Conde em relação a uma zona muito mais pequena, conseguiu criar a primeira Área Metropolitana. Conseguiu convencer a Área Metropolitana do Porto a transformar aquela pequenina área territorial – do Mindelo - na primeira área de protecção metropolitana, o que não aconteceu em Valongo. -----

Continuou dizendo que a Deputada Rosa Maria não referiu, mas a Câmara participou através da Área Metropolitana do Porto, tendo custeado um estudo que foi feito em Fevereiro de 2009, já depois da entrada em vigor do decreto-lei que permite a criação das áreas de protecção local. -----

Houve um estudo sobre a rede de parques metropolitanos da Área Metropolitana do Porto, que dava um conjunto de orientações, e muito em particular uma visão para esta região, num sentido mais amplo, porque a região não vale só pela área da Rede Natura, pois vai até ao Rio Douro, pensa que o nome desse estudo é - O Parque o Salto - e tem um conjunto de orientações, que numa fase inicial não foram tidas em consideração. -----

Disse ainda que o processo ainda não terminou, pois há um grupo de trabalho que foi criado para fazer o plano de acção/gestão e o regulamento, sendo o regulamento uma matéria que referiu na consulta pública, e que não foi referido no documento. -----

A lei não obriga a que haja um regulamento, mas a anterior versão remetia para o PDM a gestão dessa área. -----

Tiveram a oportunidade de chamar à atenção que não sendo violador da lei, não parecia muito lógico estar a criar uma área de protecção local regulada por um documento que é basicamente de edificabilidade. Considera que devia existir um regulamento próprio. -----

Na sua opinião, o processo presente à Assembleia deveria ir completo, porque qualquer questão que tenha a ver com aquela área obriga a um parecer conjunto de dois departamentos, o que não lhe parece que seja a melhor forma de gerir uma área de protecção local. -----

Deviam estar a tratar de uma área de protecção local, mas acompanhada de um regulamento e de um plano de gestão. -----

Disse de seguida que gostaria de saber se a Câmara vai, e como vai, envolver as forças vivas na gestão do espaço porque, ou dão um passo e são inovadores ou então é a transformação da actual Rede Natura e do Parque Paleozóico numa área de paisagem protegida. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** começou por dizer que o Deputado José Manuel Ribeiro, tem sempre o sentido crítico apurado. É bom que tenha a memória apurada, pois falou de acontecimentos de há 4 anos mas convém não se esquecer dos acontecimentos mais recentes. -----

Pois recordar-se-á, porque era Deputado Metropolitano à data da aprovação da área de paisagem regional do Mindelo, em que o administrador executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

da Área Metropolitana do Porto, aquando da aprovação em Assembleia Metropolitana dessa área protegida, *teve oportunidade de dizer que esperava que novas áreas protegidas regionais viessem a ter lugar, e mencionou que a próxima ele gostaria que fosse a área da Serra da Santa Justa.* -----

Disse de seguida que todos têm o direito e o dever de perceber a capacidade de impacto e a importância da Serra de Santa Justa, porque foi a zona referida pelo administrador executivo. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente ao assunto, o Sr. Deputado falou em três projectos - lei na Assembleia da República, mas a verdade é que a única coisa de aplicação prática que se fez e estão a ter a oportunidade de presenciar, é o documento em análise. É o primeiro acto oficial que pode ter nesta discussão algum impacto efectivo. -----

Disse de seguida que a Câmara decidiu não ficar à espera das diligências de outros municípios que se inserem na área e que são importantes para fazer crescer o espaço. Lembrou que não estão todos na mesma organização metropolitana, e portanto não é fácil gerir; tem que ser agilizada através de um estreito relacionamento intermunicipal. -----

E neste contexto, a Câmara Municipal de Valongo decidiu avançar para a classificação do seu território. -----

Os patamares que existem são relativamente simples, têm um espectro geográfico, classificação local, regional ou nacional. *E é bom que não cheguem à classificação nacional para não termos o mesmo problema do parque do Gerês, que não tem orçamento e então não se faz absolutamente nada.* O Governo criou a classificação mas depois não é consequente com a dotação de verbas e oferece parques nacionais abandonados. -----

Entende que a classificação regional obriga à criação de órgãos próprios. Tem que haver um órgão executivo e um órgão consultivo. É necessária a montagem de uma estrutura adequada. -----

A Câmara Municipal de Valongo quando avançar para uma solução dessas pretende assumir um papel de liderança, porque o Sítio da Rede Natura chama-se Sítio Valongo -apesar de não estar todo no concelho de Valongo. Por outro lado trabalham há mais de 10 anos no processo e têm um conhecimento do território muito detalhado. É legítimo usar esse trabalho para alavancar uma estratégia que possa beneficiar o município. -----

O caso de Gondomar é importante para o projecto numa perspectiva de criação de uma primeira barreira, porque em termos de incêndios a maior parte dos acendimentos dão-se na zona de São Pedro da Cova. -----

Paredes, tem uma extensão muito grande. Conhece pessoalmente a zona do Salto e quem a conhece deve estar decepcionado pela maneira como foi implantado o viaduto da A41 pois é um excelente caso de não acautelamento de uma zona que poderia ter importância sob o ponto de vista ambiental. -----

Portanto, a Câmara de Valongo pretende preparar-se e ter instrumentos para poder intervir e regulamentar. O primeiro passo será a declaração do espaço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

como paisagem protegida local. -----
Informou de seguida que tem agendado com o Vereador da Câmara Municipal de Gondomar, para a segunda semana de Janeiro, uma reunião para fazerem o ponto de situação relativamente ao trabalho que eles estarão a fazer no sentido de se reunirem todos os dados para poderem estar ao mesmo nível de conhecimento. -----

Quanto à Câmara de Paredes, tem desde Junho de 2010 todo o dossier, a listagem de todas as entidades que colaboraram nos estudos que se foram fazendo, de modo a poder fazer o trabalho em menos tempo e para que rapidamente esteja também em condições idênticas de conhecimento. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Ponto 1.6 Classificação da Serra de Santa Justa e Pias como área de paisagem protegida local**, sendo **aprovado por unanimidade**.

Seguidamente colocou à apreciação o **Ponto 2. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto. -----

De seguida deu continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que recebeu a convocatória para uma reunião da Câmara no dia 30 de Dezembro, e gostaria de saber se existe erro na convocatória, ou se a convocatória está correcta, pois não viu na Ordem de trabalhos o período de intervenção do público. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que a referida reunião de Câmara não era pública. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que, na sua opinião, não deveriam existir reuniões da Câmara à porta fechada; foi Vereador durante 8 anos e teve oportunidade para perceber as vantagens e as desvantagens de existirem reuniões à porta fechada e reuniões à porta aberta. -----

Considerou que é uma opção porque a lei não o obriga. Para Câmaras e Juntas de Freguesia a lei obriga a que pelo menos uma seja pública. Disse que é um entendimento de quem gere a Câmara, neste caso o PSD. -----

Disse de seguida que o importante é que no dia 30, os últimos 3 pontos da Ordem de trabalhos são: -----

- O estudo do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo; ---
- A contratação do empréstimo a longo prazo para saneamento financeiro municipal até ao montante de 25 milhões – aprovação das cláusulas contratuais; -----
- As grandes opções do plano o orçamento e o mapa de pessoal para o ano 2011. -----

Disse que na interpretação do PS “não acha que seja boa prática a Câmara Municipal resolver essas questões numa reunião à porta fechada, pois essas matérias devem ser tratadas em reuniões públicas”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Considera preocupante quando uma Câmara Municipal, por motivos internos, não consegue chegar ao fim do ano com o Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal aprovado a tempo e horas, e mais preocupante quando estes documentos são tratados à porta fechada. -----

São documentos que vão ter uma importância muito grande na vida do município os próximos 12 anos; implicam cortes, o encerramento eventual de serviços e uma série de decisões que deviam - *por uma questão de correção numa Câmara Municipal onde não estão representadas todas as forças políticas* - ser tratados numa reunião pública. -----

E disse: em Maio, o Presidente da Câmara, no JN, anunciava que a autarquia ia fazer cortes e recorrer aos bancos para evitar falência. Tornou público o assunto mas, na decisão concreta fecha a porta. Assim, nem o público nem os agentes que vão às reuniões podem fazer o escrutínio dessas reuniões. --- Disse de seguida que "deve ter passado despercebido mas, em Novembro o Tribunal de Contas publicou o acompanhamento da execução em Portugal do Plano de recuperação financeira, onde constam os dados relativos ao Programa de Regularização Extraordinária de dívida, programa a que esta Câmara recorreu há uns anos". -----

Nesse relatório diz-se que "*a Câmara de Valongo foi a 5ª maior, quando se analisa o acréscimo no passivo de custos, no passivo de curto, médio e longo prazo, entre 2007 e 2009, no montante arredondado de 21 milhões de euros.*

Diz esse estudo - em relação aos programas de regularização extraordinária de dívida - que num número significativo de Câmaras tais programas serviram para criar folga para se endividarem no curto prazo e, em alguns casos aumentarem a dívida, sendo preocupante o nível de endividamento que algumas Câmaras evidenciam, o que deve ser avaliado em função da capacidade de gerar receita. -----

Ou seja, os males de que padece o município já estão diagnosticados desde há algum tempo. O relatório saiu há um mês, mas é mais uma razão que concorre para a necessidade da Câmara tratar esses assuntos em reuniões públicas. E concluiu: não é a primeira vez que a Câmara decide matérias muito importantes à porta fechada, como a questão do concurso dos lixos, a questão da alteração do PDM para a tão propalada zona industrial de Alfena, entre outras. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** fez a leitura de uma **Moção de Homenagem** que se anexa à presente acta como **Doc.16**. -----

Disse de seguida que foi eleito para o Conselho Consultivo do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo; órgão que ainda não reuniu, pelo que ficou muito surpreendido quando num documento apresentado pela Deputada Cândida Bessa se falava numa conferência, sobre a qual nunca foi informado, muito menos esteve nessa organização. -----

No dia 18 de Outubro na reunião da Conferência de Representantes discutiu-se o funcionamento daquele conselho consultivo e a Sra. Deputada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

apresentou um conjunto de actividades, falou num trabalho essencialmente privilegiado e uma série de outras coisas quando, esse conselho ainda não foi eleito, ainda não existe. Julga, por isso, que deve ter havido algum lapso ou alguma falta de oportunidade, porque de facto não teve qualquer sentido apresentar a tal conferência nesse âmbito. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à questão colocada pelo Deputado José Manuel Ribeiro, a Câmara Municipal decidiu por uma questão procedimental agendar os pontos em análise, antes do dia 31 de Dezembro. -----

Quanto ao momento em que eles irão ser discutidos e votados e porque, *nem sempre a antecipação é bem sucedida*, devem esperar até ver quando é que vão ser discutidos. No dia 30, quinta-feira, esses pontos constam da ordem de trabalhos. Da sua análise, discussão e votação o Sr. Deputado ficará a saber o que é que a Câmara decidiu. -----

Quanto à questão de fazerem uma reunião privada, não é uma opção porque ela está prevista no regimento; aliás, o Executivo até está atrasado na revisão do regimento. Todavia, na reunião que já foi feita o representante no PS não colocou essa questão como sendo uma questão problemática. -----

Portanto não é uma opção do PSD, é uma opção da Câmara perfeitamente legítima e regulamentada pelo regimento que está em vigor. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse estar autorizado pelo Vereador Afonso Lobão e porque está num órgão que fiscaliza a Câmara é bom perceber o que se está a fazer. ----

Informou que tem o cuidado de falar com o Vereador Afonso Lobão antes e depois das reuniões, e aquilo que aconteceu na Câmara e que foi dito pelos Vereadores do PS foi que: *perante uma proposta de mais tempo para analisar os documentos, o PS não iria votar contra*. -----

E a concluir disse: agora, o Vereador Afonso Lobão e restantes Vereadores ficaram surpreendidos com a convocação para o dia 30 de Dezembro 2010. -

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que sobre a Escola do outeiro não há nenhuma decisão tomada sobre o assunto.

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à admissão a **Moção de Homenagem** anexa à presente acta como **Doc.16**, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 23 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 8 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. ----

Abstencões: 8 abstencões, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa. -----

De seguida foi colocada à admissão a **Moção** anexa à presente acta como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Doc.10, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Seguidamente foi colocada à admissão a **Moção** anexa à presente acta como **Doc.8**, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **reprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 12 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos Contra: 13 votos contra, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----

Colocou de seguida à admissão a **Moção** anexa à presente acta como **Doc.2**, sendo admitida por unanimidade, colocando de seguida à discussão.

O Senhor **Presidente de Junta de Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa** começou por dizer que *quer que o Centro de Saúde de Campo seja construído, não diria em 2012, mas amanhã*, pois a população de Campo merece o Centro de Saúde no mais curto espaço de tempo. -----

Na sua opinião a **Moção** não é séria porque o Protocolo foi assinado há sensivelmente 3 meses e meio – e Agosto é um mês de férias - o que quer dizer que, para fazer um projecto e lançar o concurso, não demora 3 meses e meio; normalmente demora muito mais tempo do que isso. -----

Disse de seguida que o Secretário de Estado da Saúde referiu que o primeiro semestre de 2011 seria para fazer o projecto, o segundo semestre de 2011 para fazer o concurso, e a construção seria em 2012. -----

E como acha que todos são sérios, não concorda com a **Moção** porque não pode aceitar que um equipamento tão importante para as pessoas de Campo sirva para se fazerem tricas políticas. -----

E para concluir disse: Devemos esperar, no mínimo, mais um semestre para comprovar se o Governo irá cumprir ou não com as acções que têm que ser feitas para fazer o projecto e lançar o concurso, do Centro de Saúde. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que partilha em grande parte das preocupações da **Moção**, *entende a argumentação do Deputado Alfredo Sousa*, mas não se deve enveredar por tal argumentação. -----

Há um compromisso público do Secretário de Estado, na presença do Presidente e do Vice - Presidente da Câmara, das forças vivas da freguesia e depois reparam que não aparece nada no Orçamento de Estado, em PIDDAC. -----

Disse de seguida que *“a todo o momento o PSD vai retirar o tapete ao Governo”* mas, *se estivesse pelo menos uma verba inscrita, o PSD quando fosse Governo sentia-se obrigado a dizer, está aqui isto nós vamos ver se mantemos, ou se não mantemos*. Claro que também podiam dizer: *isso era*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

uma opção deles mas a nossa não é essa. Agora, não tendo nada, não se sentem obrigados. -----

Perante a Moção fica um bocado baralhado, porque ela é apresentada em nome do PSD. As informações que tem é que realmente não existe nenhuma verba em PIDDAC, mas o PSD teve todas as possibilidades de propor uma inscrição de verbas para o PIDDAC e, se o fizesse, tinha o apoio do PCP. --- Inclusive o PCP propôs uma inscrição de verbas para o Centro de Saúde de Campo e para o Centro de Saúde de Alfena e o PSD votou contra. -----

Na última Assembleia Municipal em Alfena, aprovaram uma Moção a contestar o pagamento nas SCUT, e o PSD votou a favor só que, na Assembleia da República em 14 de Outubro, o PCP apresentou uma proposta para suspender e o PSD votou contra. Para isto não ser retórica, deviam ser mais consequentes e coerentes. -----

Para terminar disse que partilha das preocupações e vai votar a favor mas vai fazer uma declaração de voto, ressaltando a hipocrisia política. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** disse que o Deputado Adriano Ribeiro colocou o dedo na ferida, pois é uma questão de coerência de princípios; ao nível local tomam-se decisões e posições que depois não são sufragadas na Assembleia da República. -----

Portanto, quem exerce o mandato ao nível local fica sempre com a ideia que a Assembleia Municipal é o palco para se tomar posições que depois não têm qualquer tradução e até geram contradição na actuação das forças políticas. -

Disse de seguida ser particularmente crítico na situação do PIDDAC, mas a crítica estende tanto ao PS como ao PSD. Acha que é errado que não esteja nenhuma verba inscrita para Valongo; é péssimo para o município, sobretudo porque quem deveria ter uma palavra a dizer seria o PS, e não cumpre. ----

Mas também acha que o que se pretende com a Moção é um pouco desresponsabilizar a inércia da Câmara em relação à situação dos Centros de Saúde de Alfena e de Campo; por isso não pode concordar com ela e não votará favoravelmente. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que iriam votar favoravelmente a Moção. Entretanto pretendia dar dois esclarecimentos. -----

Primeiro, não votam a favor porque ela vem do PSD e é contra o Governo do PS, mas porque é uma situação que prejudica Valongo e que surge num contexto desagradável de alguém que promete uma coisa e depois volta atrás e não faz nada. -----

Segundo, não concordam com os termos populistas da Moção, *por aí votariam contra*, mas concordam com a conclusão que diz: *face ao exposto a Assembleia Municipal manifesta a sua preocupação e protesto pelo autismo do Governo face ao Poder Local, e em especial ao Município de Valongo, e porque acham isso razoável, votam favoravelmente.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** disse que efectivamente a Moção é apresentada pelo Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Municipal do PSD e reservam o direito de ter a posição de defesa do Concelho de Valongo e *gostariam também que, pessoas que têm lugar noutros palcos pudessem também fazê-lo devida e oportunamente* -----

Disse de seguida que o protocolo foi assinado há três meses e meio, e foi retirado do PIDDAC, pelo PS. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que era Deputado na Assembleia da República mas sobre o processo que envolve o Orçamento do Estado respeita o Governo. -----

Disse que relativamente ao processo em discussão existe um erro, pois as verbas dos Centros de Saúde não têm que estar no PIDDAC. -----

A informação que têm, e que o Presidente da Junta de Campo conhece, e que transmitiu na Assembleia de Freguesia de Campo, é que a *grande parte da fatia de financiamento desses equipamentos é através do QREN*. -----

Disse ainda que o *Presidente de Junta de Campo, em muito pouco tempo, conseguiu encontrar condições para que um privado colaborasse no encontro de um terreno, conseguiu mobilizar o Secretário de Estado para um Protocolo, que é um compromisso público*. -----

Assim, a Moção não serve os interesses da população de Campo, como foi dito pelo seu colega de bancada; *este tipo de Moções é uma forma de achincalhar o Governo, o mesmo Governo que está a viabilizar o novo Tribunal de Valongo, e os Centros Escolares*. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção** anexa à presente acta como **Doc.8** aprovada por maioria com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 19 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 5 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 10 votos contra do Grupo Municipal do PS. -----

Abstenções: 2 abstenções, sendo: 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Deputado Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto. -----

O Grupo Municipal da CDU apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente acta como **Doc.17**. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.4** sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 18 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstenções: 13 abstenções, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Seguidamente colocou à admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.5**, sendo admitida por unanimidade, não se verificaram intervenções sobre este assunto, sendo colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 18 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos contra: 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 12 abstencões, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD e 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

De seguida foi colocada à admissão o **Voto de Congratulação** anexo à presente acta como **Doc.6** sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 13 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 18 abstencões, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Seguidamente foi colocada à admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.7** sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida foi colocada à admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.11** sendo *admitida por unanimidade*. -----

A Senhora Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha relativamente à Recomendação em discussão o Grupo Municipal do PSD propunha uma alteração ao texto do número 3, passando a ter a seguinte redacção: -----

“Na próxima revisão de taxas, se estude a possibilidade de reduzir em 50% as taxas de instalação de postos de carregamento”. -----

O Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS/PP Alexandre Manuel da Silva Teixeira disse que como redactor da Recomendação aceitava a alteração proposta pelo Grupo Municipal do PSD. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha colocou à votação a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.11** sendo **aprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 26 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 7 votos do Grupo Municipal do PS, 5 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 3 votos contra, sendo: 1 voto do Deputado Diomar da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Ferreira dos Santos, 1 voto do Deputado José Joaquim Moutinho Araújo e 1 voto do Deputado Rafael Duarte Ferreira Rafael. -----

Abstencões: 2 abstencões, sendo: 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Deputado Cristiano Roberto Bento Ribeiro. -----

De seguida colocou à admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.12** sendo admitido por **unanimidade**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à votação a **aprovação em Minuta dos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, sendo aprovado por unanimidade** dando, de seguida, por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____